

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2016, às 14h30, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Aflitos, Recife – PE, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, contando com a presença dos Conselheiros: Dr. Marcelo Canuto Mendes (membro representante do Governo do Estado de Pernambuco), Dra. Maria Cristina Tavares de Lira (membro representante do Governo do Estado de Pernambuco), Deputado José Adalto dos Santos (membro representante da Assembléia Legislativa – ALEPE), Dr. Flávio Cavalcanti Veloso da Costa (membro representante da Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE), Christiano Walter de Freitas (membro representante da Companhia Pernambucana de Gás), José Coimbra Patriota (membro representante da AMUPE), contando ainda com a participação do Diretor Presidente da ARPE, Dr. Ettore Labanca, do Diretor de Regulação Técnico – Operacional, Dr. Ricardo Fiorenzano de Albuquerque, do Diretor Administrativo – Financeiro, Dr. Caio Cavalcanti Ramos, do Diretor de Planejamento, Dr. Carlos Porto Filho, da Ouvidora, Dra. Juliana Dias Medicis, do Chefe de Gabinete, Dr. Rafael Vieira de Figueredo, comigo a Coordenadora da Arpe, Luciana Virginia Carvalho, escritã *ad hoc* que esta subscreve. Os temas analisados e debatidos foram: 1. Regulação dos Serviços Públicos Delegados no Estado de Pernambuco; 2. Outros assuntos. Iniciando os trabalhos, Dr. Ettore Labanca cumprimentou a todos e saudou os membros do Conselho. Prosseguindo a reunião, Dr. Hélio Lopes iniciou sua apresentação no que tange a Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco. Em suas palavras, citou as áreas em que a Regulação tem grande importância para o Estado, como os serviços desenvolvidos e que são considerados universais por qualquer agência reguladora. Discorreu, em seguida os objetivos básicos, como implementar a modicidade tarifária preservando o equilíbrio Econômico - Financeiro dos prestadores de serviços, que tenha o menor valor possível, mas que seja suficiente para o equilíbrio entre a Agência, o usuário e o Estado; zelar pela qualidade dos serviços públicos, fazendo valer as Leis, Decretos Federais e Estaduais. Lembrou que na área de tarifas, uma Agência Reguladora necessita ter alta especialização e qualificação para que os trabalhos desenvolvidos tenham consistência nos resultados apresentados. Prosseguindo, apresentou: os instrumentos legais que suportam a atuação das agências e que estabelecem regras para o atendimento ao consumidor, como também os contratos de concessão, de permissão e de gestão, convênios e termos pertinentes; os mecanismos de atuação das Agências, com a condução dos processos de revisão e reajuste de tarifas, definidos e homologados, como também disponibilidade e gerenciamento de canais de comunicação com a sociedade e mediação de conflitos. Ressaltou a importância da ouvidoria para a Agência, tendo em vista a importância da transparência obrigatória de qualquer órgão público. Prosseguindo, apresentou ainda: os aspectos legais e competência funcional da Arpe e sua Lei de criação e atuação, o papel da autarquia e discorreu minuciosamente sobre as áreas de atuação da Agência. Finalizando sua apresentação, Dr. Hélio Lopes se comprometeu em encaminhar a apresentação à todos os membros do Conselho Consultivo. Os participantes agradeceram a apresentação e os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Regulação Econômico - Financeira da Arpe. Dando continuidade a reunião, o representante da Amupe, saudou a todos, ventilou a possibilidade da Agência em encaminhar aos membros, um *checklist* com informações referente a todos os contratos

vigentes da Agência, envolvendo todos os setores e suas áreas de atuação e as concessionárias e permissionárias que são reguladas pela Arpe. Dr. Hélio Lopes esclareceu que existe a delegação a qual é definida pela Constituição Federal, relacionadas à concessão e delegação da prestação dos serviços públicos. Acrescentou que encaminhará aos membros do Conselho as informações pertinentes solicitadas, para maiores esclarecimentos da atuação da Agência, mas que a Amupe pode solicitar diretamente à Compesa o detalhamento das informações dos contratos da Companhia de Saneamento no Estado de Pernambuco. Dr. Flávio Cavalcanti, membro representante da FIEPE, externou que os trabalhos desenvolvidos pela Compesa com relação ao esgotamento sanitário em Pernambuco, não supri as necessidades do Estado. Dando continuidade a reunião, Dr. Christiano Freitas solicitou à Diretoria da Agência um retorno das questões levantadas na reunião anterior, no que tange o assento de um representante do Ministério Público no conselho, como também os ajustes na Lei vigente da Agência. Dr. Hélio Lopes concordou que se faz necessário os ajustes na Lei da Arpe, como a inclusão dos serviços públicos com os quais foram delegados à Agência, e que não estavam incluídos, como exemplo das OS e das OSCIPS. Dr. Ettore Labanca acrescentou que será necessário um estudo minucioso para adaptação da Lei. Dr. Marcelo Canuto agradeceu pelas informações prestadas pela Diretoria da Arpe e ressaltou ainda que o Conselho, sendo de caráter consultivo, está a disposição para quaisquer solicitação pertinente da Agência. Dr. Hélio Lopes acrescentou a importância do Conselho para a Agência a nível de regulador e que a Diretoria também está a disposição do mesmo. Dando continuidade a reunião, o Presidente do Conselho externou que a Dra. Juliana Medicis, indicada para ocupar o cargo de Ouvidora da Arpe e presente à mesa, foi convidada para participar desta reunião, tendo em vista que a mesma já foi sabatinada pela ALEPE, exigência essa para ocupação do referido cargo. Prosseguindo, Dra. Juliana Medicis saudou a todos os participantes, agradeceu a confiança que lhes foi depositada e acrescentou que é uma grande responsabilidade e satisfação ocupar o cargo de Ouvidora de uma Agência Reguladora. Em seguida fez uma breve explanação da sua experiência profissional no Estado. Finalizando os trabalhos, Dra. Maria Cristina, membro representante do Governo, sugeriu como pauta para a próxima reunião do Conselho uma apresentação pela Copergás. Os demais Conselheiros corroboraram com a sugestão da representante do Governo e decidiram, em comum acordo, agendar a próxima reunião para o dia 21 de março do corrente ano.



Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião por todos os participantes, cuja ata vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Recife, 22 de fevereiro de 2016.

Maria Cristina Tavares de Lira

Marcelo Canuto Mendes

Deputado José Adalto dos Santos

Flávio Cavalcanti Veloso da Costa

Christiano Walter de Freitas

José Coimbra Patriota

Handwritten signatures in blue ink over horizontal lines. The signatures are: Maria Cristina Tavares de Lira, Marcelo Canuto Mendes, Deputado José Adalto dos Santos, Flávio Cavalcanti Veloso da Costa, and Cristiano Walter de Freitas. The signature for José Coimbra Patriota is not visible.